

MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

---

# RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA 2017



---

MARÇO 2018



## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### Convocatória

Em obediência ao disposto no artigo 22º, alínea b) n.º 2, dos Estatutos, convoco o Irmão para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, no dia 28 de Março de 2018, às 19:30 horas, no **LAR NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS**, no **LARGO DO ROSSIO, 11**, com a seguinte ordem de trabalhos:

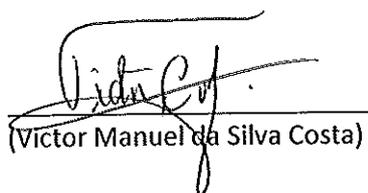
- 1.º Apresentação do Relatório e Contas da Gerência de 2017;
- 2.º Semana Santa;
- 3.º Autorização à Mesa Administrativa para, se e quando entender oportuno, participar de forma simbólica no capital de um Banco da Economia Social.
- 3.º Outros assuntos julgados de interesse pela Assembleia.

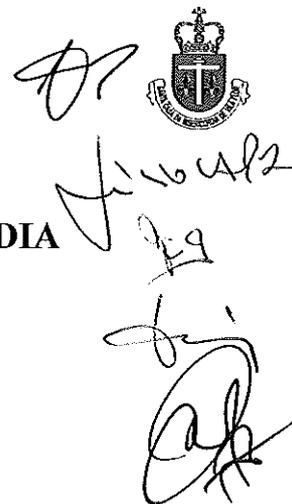
Se à hora marcada não estiverem a maioria dos Irmãos, a reunião iniciar-se-á às 20 horas com os Irmãos presentes.

Se algum Irmão desejar consultar qualquer documento para além dos enviados, deve dirigir-se à Secretaria dentro das horas de expediente.

Vila Flor, 13 de Março de 2018.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

  
(Victor Manuel da Silva Costa)



## CORPOS GERENTES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR PARA O QUADRIÊNIO 2017 A 2020

### ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Victor Manuel Silva Costa  
Alexandre José Evaristo Trigo  
Paulo José Gomes Monteiro Praça

### MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Quintino Augusto Pimentel Gonçalves  
Vice - Provedor: José Joaquim Fernandes Pinto Figueiredo  
Secretário: Rogério de Jesus Sanches Fernandes  
Tesoureiro: António Júlio Martins Lapa  
Vogal: Victor Manuel Cortinhas Sil

Suplentes: Joaquim João Gouveia Magalhães  
Antero Luís Costa Teixeira  
Octávio António Moura  
Ramiro Samuel Cordeiro Roças  
António Duarte Pinhel

### CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo José Arantes Conceição  
Pedro José Sampaio de Barros  
António Manuel Carvalho Guilheiros

Suplentes: Tito Lívio Teixeira Almeida  
Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa  
José António Félix Mesquita

MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

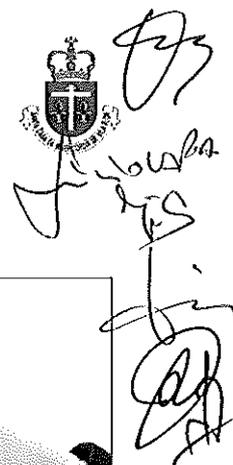
---

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2017



---

MARÇO 2018



## // Relatório de Gestão | 2017 – Introdução



A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à Assembleia Geral o Relatório da Gestão referente ao exercício do ano económico de 2017. O presente documento transmite o real desempenho desta Instituição no cumprimento dos seus objetivos sociais e reflete - de forma geral - as atividades desenvolvidas ao longo do último ano económico e contribui para os padrões de transparência e *accountability* da instituição. O presente documento de prestação de contas (perante a Irmandade e a comunidade) estará disponível para *download* no website da instituição.

O Ano de 2017, foi um ano com restrições orçamentais, por parte do Estado, tendo essas políticas sido refletidas na gestão do quotidiano financeiro e social da nossa Instituição. Todavia as alterações no financiamento público, assim como em normas legais na área do trabalho, levaram a uma adaptação de gestão dos nossos serviços, visto que a Santa Casa da Misericórdia tem hoje uma abrangência de escala – e parcerias fulcrais - com as Entidades públicas, nas áreas da saúde, da segurança social, da justiça, da educação. Contudo essas adaptações levaram também à criação de novas respostas sociais, que tornam a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor numa instituição com selo de qualidade e com uma ação descentralizada e focada nas verdadeiras necessidades dos clientes/utente/comunidade. Hoje



a nossa Instituição apresenta um modelo de *governance* adaptada aos desafios sociais e económicos através de um comportamento eficiente, eficaz e inclusivo.

Foi missão da Santa Casa de Vila Flor durante o ano de 2017, e será no futuro, manter-se fiel ao cumprimento da sua missão e na afirmação das Obras de Misericórdia adaptando-as à luz da moderna doutrina social da Igreja. O ano de 2017 apresentou-se como mais um ano em que, demos resposta aos desafios internos e externos, realizando atividades assentes em prestação de serviços, através de um conjunto de respostas sociais, solidárias e inclusivas, dando continuidade à obra social que vimos construindo, sempre numa perspetiva sustentada – ao nível económico, social, ambiental e cultural – da nossa atividade.

Consciente dos seus deveres da responsabilidade e solidariedade perante a sociedade, demos o nosso contributo para promover a inclusão, a estabilidade, a criação e manutenção de emprego, o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria do bem-estar da população do concelho de Vila Flor.

Reitero que o conseguimos fazer, mantendo o esforço de uma equipa coesa e solidária, mas também na afirmação de uma Instituição que sempre nos soube apoiar e incentivar, desde os nossos colaboradores, funcionários até aos Irmãos e Irmãs, na procura do verdadeiro serviço a prestar ao cliente/utente e comunidade.

O Provedor

(Quintino Augusto Pimentel Gonçalves)



## // Missão, Visão, Valores

### // Missão

Proporcionar aos seus utentes e à comunidade em geral, serviços estabelecidos com base nos princípios da qualidade, equidade e responsabilidade social, garantindo o desenvolvimento pessoal dos utentes e desenvolvimento profissional dos colaboradores.

### // Visão

Assegurar a satisfação das necessidades da comunidade, adequando e diversificando as respostas sociais, de forma contínua, colaborativa e sustentada.

### // Valores

**Compromisso, Utente/Cliente sempre em 1.º lugar:** privilegiar uma relação personalizada, escutar e dar resposta às preocupações e necessidades e oferecer sempre um serviço humanizado, seguindo elevados padrões de comportamento ético, com um sorriso e respeito pelo próximo.

**Cultura, trabalho em Equipa, Comunicação e Qualidade:** promover o trabalho em equipa, a responsabilidade individual, a iniciativa, a confiança, o nível de serviço e a comunicação, conseguindo assim elevados níveis de participação, de todos, na vida da Instituição.

**Paixão, Impulso para a melhoria Contínua:** colocar paixão, inovação e criatividade naquilo que fazemos, contribuindo para desenvolver as melhores soluções e serviços, alcançando os melhores resultados, superando as expectativas dos nossos utentes/clientes, colaboradores e parceiros.

**Valorização, das pessoas e com as pessoas:** apostar no desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos utentes/clientes e colaboradores, capitalizando todo o conhecimento criado numa importante fonte de informação e diferenciação para todos.

**Performance, Garantir o Futuro:** alcançar de uma forma continuada os melhores indicadores com o objetivo de cumprir a nossa missão, garantindo o presente e sustentando o nosso desenvolvimento futuro.

**Responsabilidade Social:** respeitar o bem-estar e o futuro da comunidade onde estamos inseridos, fomentando um espírito ativo de responsabilidade social.



## // Relatório de Atividades

### Irmãos(as):

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.º 32 do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, vem a Mesa Administrativa submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão referentes ao exercício de 2017, o qual menciona algumas das mais importantes atividades efetuadas na Instituição.

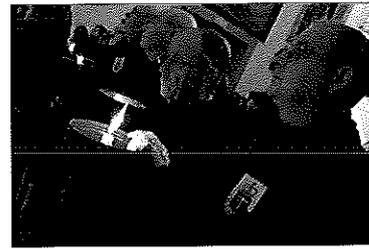
A acompanhar este documento, o competente parecer do Concelho Fiscal.

Assim cumpre-nos registar as seguintes atividades.

### // Principais Atividades Realizadas:

#### | Janeiro

- Comemorações dos Reis – As Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz levaram aos Clientes das Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor o Cantar dos Reis.
- Tomada de posse dos Corpos Gerentes para o Quadriénio 2017-2020.



#### | Fevereiro

- Desfile de Carnaval das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.
- Fevereiro – Mês dos Afetos – ERPI'S e Jardim de Infância
- Reunião do Secretariado Regional do Distrito de Bragança realizada em Vila Flor – Formação “Calculo e Processamento salarial – implicações 2016/2017” ministrada pelo Dr. Paulo Reis – Esteve presente a Mesa Administrativa e colaboradores dos Serviços Administrativos.





## | Março

- Comemorações do Dia do Pai – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Relatório e Contas da Gerência 2016 no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos as responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 1.º Trimestre.
- Reunião do Secretariado Regional do Distrito de Bragança, realizada na Misericórdia de Macedo de Cavaleiros sobre o POAPMC – Esteve presente O Sr. Provedor e o Sr. Vice Provedor.
- Comemoração da chegada da Primavera e do Dia da Arvore – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Participação do Sr. Provedor no Conselho Nacional dos Secretariados da União das Misericórdias Portuguesas.



## | Abril

- Participação do Sr. Provedor na Assembleia Geral da UMP no Centro João Paulo II em Fátima.
- Realização das Solenidades da Semana Santa.
- Participação no desfile da Feira Medieval em Moncorvo - Jardim de Infância Flor de Liz.
- Comemoração do Dia da Voz nas ERPI'S organizado peça Terapeuta da Fala.
- Reunião dos Secretariados Regionais dos Distritos de Bragança e Vila Real, realizada em Murça – Esteve presente o Sr. Provedor e o Dr. Manuel de Lemos, Dr. Cardoso Ferreira e Eng. Fernando Campos em representação da UMP.
- Comemoração do dia dos monumentos e sítios no Jardim de Infância Flor de Liz, indo de encontro ao projeto pedagógico do ano Letivo 2016/2017 – “À descoberta de Vila Flor”.
- Participação no Congresso Nacional das UCC'S em Fátima. Esteve presente o Sr. Provedor e a Dra. Mónica Fernandes.



*Handwritten signatures and initials:*  
Júlio UPS  
J. F. F.  
B. F.



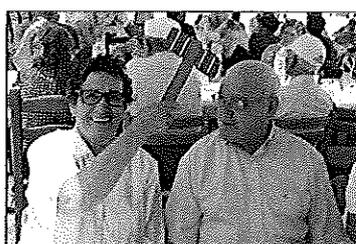
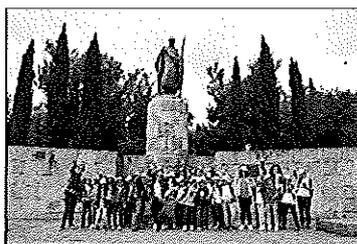
## | Maio

- Comemorações do dia da Mãe – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Realização das cerimónias de encerramento do Mês de Maria.
- Apresentação do Projeto “Equipa domiciliar em Paliativos – Unidade de Apoio”



## | Junho

- Comemoração do Dia Mundial da Criança no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Realização do Passeio das Crianças do Jardim de Infância Flor ao Castelo de Guimarães e Palácio dos Duques no âmbito do projeto pedagógico do ano Letivo 2016/2017 – “À descoberta de Vila Flor”.
- Comemoração dos Santos Populares das diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Passeio anual das ERPI’S e Centros de Dia a Freixo de Espada à Cinta – Passeio de Barco pelo Douro e almoço na Congida em conjunto com a Misericórdia local.





- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos os responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 2.º Trimestre.
- Festa de encerramento do ano letivo do Jardim de Infância Flor de Liz



## | Julho

- Realização do Passeio anual da Irmandade | Por Terras de Castilla – Cidade Rodrigo, Salamanca, Alba Tormes, La Alberca e Pena de Francia.
- Realização da 2.ª Caminhada NÓS a Andar “nósporpedrógãogrande” – Organizada pela Misericórdia de Vila Flor.
- Idas à Piscina com as Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.



## | Agosto

- Torneio de Sueca entre os utentes das diversas Respostas Sociais na ERPI Nossa Senhora dos Remédios.
- Participação na XIV edição da Terra Flor com uma exposição fotográfica das atividades do ano.
- Atuação do Coro Infantil Flor de Liz no auditorio exterior do Centro Cultural.
- Visita do Sr. Provedor como Presidente do Secretariado Regional a todas as Misericórdias do Distrito de Bragança.





*Handwritten signature and initials*

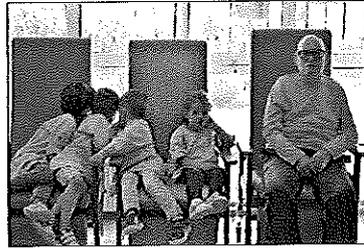
## | Setembro

- Abertura do ano letivo 2016/2017 no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Realização da reunião com os pais e encarregados de educação das crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.
- Comemoração do Dia Mundial do Turismo - Visita ao Museu da Memória Rural em Vilarinho da Castanheira com alguns Utentes das ERPI'S
- Participação nas Vindimas por parte dos Idosos e Crianças da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Piquenique com alguns Utentes das ERPI'S na Barragem do Peneireiro em Vila Flor.



## | Outubro

- III Semana da Alimentação – ERPI'S e Jardim de Infância.
- Comemoração do Dia Internacional do Idoso e Dia Mundial da 3.ª Idade numa atividade de troca de experiências e histórias entre duas Gerações.
- Comemoração do Outono – Marmelada Geleia e Doce – Jardim de Infância.
- Participação do Sr. Provedor no Conselho Nacional dos Secretariados da União das Misericórdias Portuguesas.
- Organização da 4.ª Edição do Seminário “Novas Abordagens no Cuidar”.
- Comemoração do Halloween - Jardim de Infância Flor de Liz e ERPI'S.





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

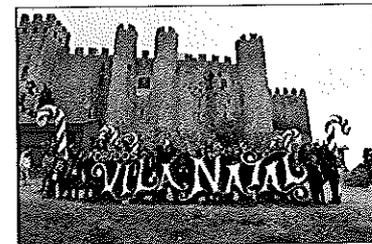
## | Novembro

- Visita ao Memorial em Honra dos Irmãos Falecidos no Cemitério Municipal.
- Magusto – Com Crianças e Idosos das ERPI'S e Centros de Dia.
- Participação do Sr. Provedor na Assembleia Geral da UMP no Centro João Paulo II em Fátima.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Plano de Atividades e Orçamento, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Comemoração do Dia Nacional do Pijama – Jardim de Infância de Liz.



## | Dezembro

- Visita dos Irmãos as Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Festa de Natal das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz no Auditório do Município.
- Ceia de Natal dos Funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Ceias de Natal das ERPI'S, Centros de Dia e Unidade de Cuidados Continuados.
- Distribuição de doces de natal no dia de consoada pelos clientes do Apoio Domiciliário.
- Concertos de Natal nas diversas Respostas Sociais.
- Visita à vila Natal em Óbidos no âmbito das férias de Natal do CATL.



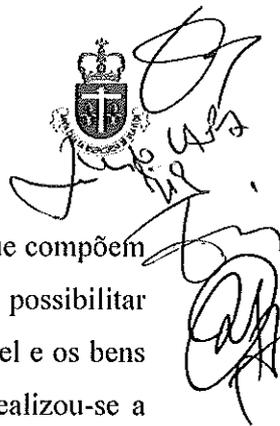


*[Handwritten signatures and initials]*

## // Principais Intervenções – Obras/Arranjos e Equipamentos em 2017

Ao longo de 2017, conseguimos manter a nossa lógica de intervenção familiar nestas Respostas Sociais e simultaneamente melhorar a qualidade de vida dos utentes, pautando a nossa intervenção pelos seguintes princípios:

- \_ Apoio técnico aos residentes e aos seus cuidadores, através de:
  - Intervenção na resolução de conflitos, emergentes diariamente, sempre que solicitado pelas encarregadas e outros profissionais.
  - Contactos com os familiares dos residentes, sempre que necessário, em colaboração com as encarregadas.
  - Apoio inicial aos idosos recentemente admitidos na ERPI, visando a facilitação do processo de adaptação no mesmo, sempre que solicitado.
  - Atendimento presencial e/ou telefónico aos familiares dos idosos residentes.
  - Desenvolvimento de trabalho em parceria com profissionais de saúde, como enfermeiros, médicos, nutricionistas, assistentes sociais, fisioterapeutas, psicólogos e educadores sociais, transmitindo toda a informação colhida ao longo dos turnos e trabalhando em equipa, por forma a traçar planos terapêuticos personalizados e adequados à realidade e estado clínico dos residentes.
  
- \_ Realização de reuniões periódicas com os funcionários de todas as Respostas Sociais, em ordem ao investimento na procura de melhorias e resolução de problemas, de forma a contribuir sempre com respostas cada vez mais eficientes e adequadas às novas problemáticas da população idosa.
  
- \_ Implementação do plano de intervenção psicossocial, privilegiando atividades de estimulação cognitiva, exercício físico, relaxamento, expressão artística, culinária, jardinagem, informática, leitura e escrita, jogos e atividades lúdicas.
  
- \_ Comemoração das datas comemorativas do calendário mediante as atividades previstas no plano de atividades.
  
- \_ Operacionalização e planeamento de novos projetos sociais na área dos paliativos e integração da comunidade de imigrantes.

— Realizamos ainda no ano de 2017 a atualização do ativo fixo tangível.

A empresa PKF no ano de 2017, desenvolveu o projeto de atualização dos bens que compõem o valor inscrito na contabilidade, designadamente a sua identificação de forma a possibilitar efetuar a correspondência unívoca entre os valores constantes do ativo fixo tangível e os bens físicos, incluindo os seus imóveis e a valorização do seu ativo fixo tangível. Realizou-se a primeira fase levantamento (inventário) individualizado dos bens que constituem o ativo fixo tangível da nossa Entidade e respetiva etiquetagem encontrando-se os mesmos bens já etiquetados.

Está em curso a sua valorização e importação das fichas dos bens para o sistema de informação que utilizamos.

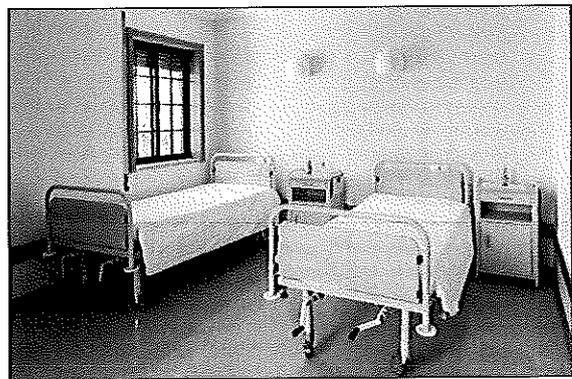


## | ERPI'S

Ao nível da ERPI'S pautou-se por um cumprimento de uma renovação verdadeiramente integradora que permitisse ultrapassar dificuldades diagnosticadas pelos colaboradores e técnicos da Misericórdia.

Assim, no âmbito das ERPI'S foram realizadas as seguintes intervenções:

- \_ Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento das diferentes ERPI'S;
  - \_ Aquisição de mobiliário (equipamento de apoio à enfermagem e aos trabalhos de serviços gerais);
  - \_ Colocação de estores;
  - \_ Pinturas Interiores exteriores;
  - \_ Conclusão da ampliação do edifício da ERPI Nossa Senhora dos Remédios – Criação de mais 3 quartos e garagem.
- Aguardamos autorização da Segurança social para ocupação das respetivas camas;
- \_ Pequenos ajustes de manutenção de carpintaria nas várias ERPI'S.
  - \_ Colocação de camas articuladas nas várias ERPI'S;
  - \_ Aquisição de arcas de congelação e frio;
  - \_ Colocação de economizadores de fluxo de água nas torneiras das diferentes ERPI'S.
  - \_ Renovação do 1.º Piso da ERPI Nossa Senhora da Lapa, para a criação de mais 4 quartos;
  - \_ Arranjos nos espaços exteriores do edifício da ERPI Nossa Senhora da Lapa;
  - \_ Aquisição de máquinas de lavar louça e roupa destinadas aos Setores.
  - \_ Aquisição de várias estantes metálicas para equipar algumas dispensas.

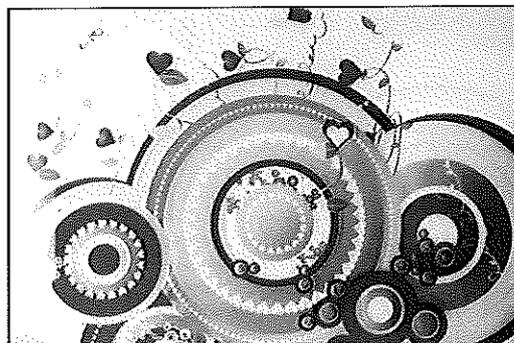




*[Handwritten signatures and initials]*

### | UCC *Unidade Cuidados Continuados*

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento da UCC;
- Manutenção de Gerador e da central de Vaco/Oxigénio;
- Aquisição e remodelação de equipamento informático;



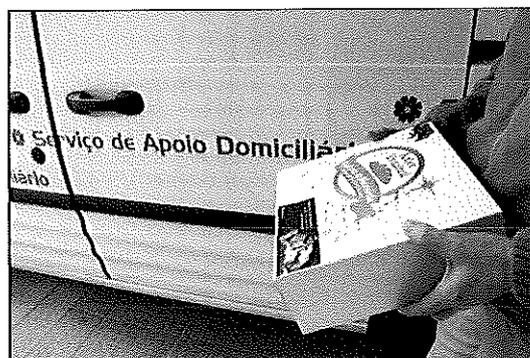
### | Centros Dia

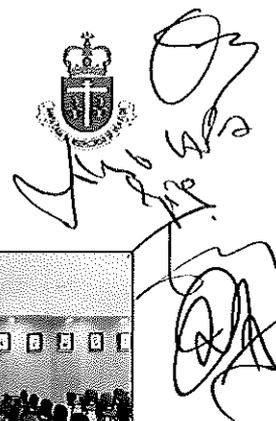
- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação e aquisição de pequenos equipamentos destinados ao bom funcionamento de todos os Centros de Dia.



### | Apoio Domiciliário

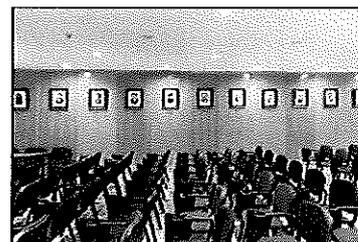
- Nesta resposta social continuamos a promover os princípios da qualidade e da melhoria continua em toda a atividade desenvolvida. Acreditamos que a nossa contribuição para ajudar a melhorar a situação dos que mais precisam é algo que não se pode perder de vista, por isso, a visita dos nossos técnicos é continua ao longo do ano permitindo a proximidade entre técnicos e utentes.
- Nesta resposta continua a verificar-se uma maior procura pelo serviço de alimentação e higiene pessoal.
- Continuamos a ter em atenção a frota de veículos no serviço de apoio domiciliário para o funcionamento mais eficaz desta resposta.
- De realçar que, em 2017 continuou a verificar um acréscimo no numero de sinalizações de casos de relevante gravidade social, consequência da atual conjuntura económica, tendo sido pontualmente necessária a prestação de serviços que extrapolam os contemplados na legislação em vigor.





## | Serviços Administrativos e Provedoria

- \_ Aquisição de alguns componentes informáticos.
- \_ Remodelação de toda a iluminação deste setor para sistema LED.

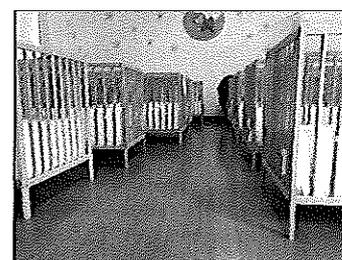
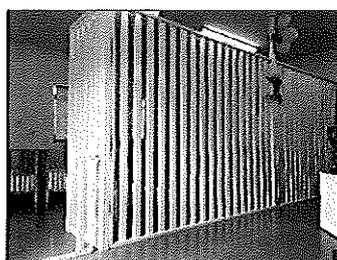


## | Armazém *Produtos Alimentares e Higiene*

- \_ Encontra-se em pleno funcionamento;
- \_ Aquisição de equipamento informático;
- \_ Pequenos arranjos de manutenção.
- \_ Aquisição de novo estatelamento para ampliação do armazém para suportar a distribuição dos alimentos no âmbito do POAPMC.

## | Jardim de Infância *Flor de Liz*

- \_ Pintura Interior;
- \_ Colocação de estores no edifício
- \_ Aquisição de material didático para as diferentes salas.
- \_ Aquisição de equipamento de informática e multimédia.
- \_ Criação de uma nova sala “Aquisição de Marcha” no setor da creche para responder a grande procura nesta valência e seu equipamento.



## | Padaria

- \_ Encontra-se em pleno funcionamento, com grande dinamismo e receptividade por parte de toda a população;
- \_ Remodelação de algum equipamento de trabalho para o seu melhor funcionamento;



## | Farmácia

- \_ Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento do setor.
- \_ Aquisição de alguns componentes informáticos (Servidor).



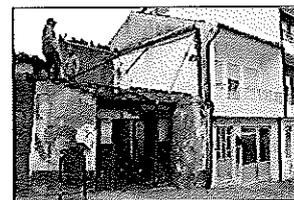
## | Quinta de S. António

- \_ Neste Setor, continuam a ser desenvolvidas as operações necessárias no olival e na vinha, mediante planificação definida quer na Quinta de Santo António quer nas restantes propriedades da Instituição. Realizaram-se novas surribas e plantação de novas zonas de olival;
- \_ Além dos gastos inerentes ao seu funcionamento, a Mesa Administrativa, continua a dar prioridade as intervenções nos espaços envolventes;
- \_ Aquisição de novas alfaias para a agricultura.



## | Igreja da Misericórdia - Habitações – Outro Património

- \_ Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao seu bom funcionamento.
- \_ Aquisição e restauro de uma habitação sita na rua Belmiro de Matos, para a criação no local de uma Loja Social e Posto de Venda da Padaria.



## | Viaturas

- \_ Gastos inerentes a sua manutenção;
- \_ Decoração de todas as viaturas da Instituição – 3.ª Fase.

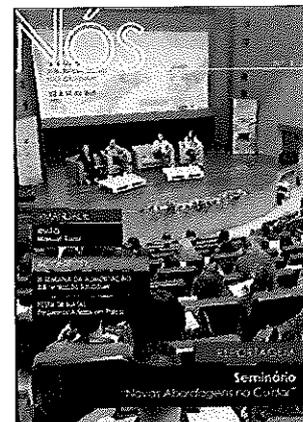
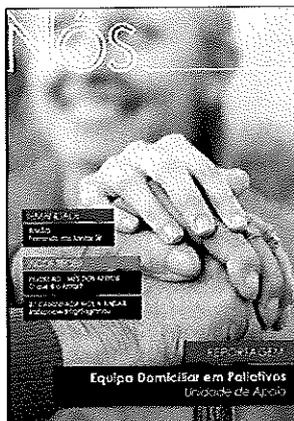




*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## | Departamento de Comunicação

— A Santa Casa da Misericórdia apresentou no ano de 2017 uma nova estratégia de comunicação e branding, elevando os respetivos de parâmetros de accountability perante os parceiros locais, regionais e nacionais. Esta estratégia resultou numa maior proximidade à comunidade vila-florense, criando mecanismos de interação



inovadores. Para além deste aspeto desenvolveram-se as Newsletters periódicas com o objetivo de divulgar – através de uma mailing list – todas as atividades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. A par desta nova metodologia a Santa Casa tem desenvolvido a publicação da Revista “Nós”, tendo a revista a versão impressa e a versão online.





## // Relatório de Gestão | 2017 – Conclusão

No ano de 2017 o resultado líquido foi negativo de 75.439,27 €, devendo-se em parte ao aumento em gastos com o pessoal, tendo em conta a terceira atualização do salário mínimo nacional.

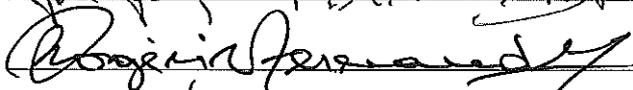
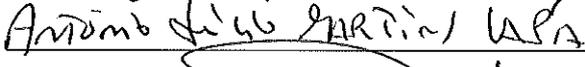
Assim, a Mesa Administrativa solicita á Assembleia Geral a aprovação deste relatório da Gestão, e agradece a todas as Entidades e colaboradores, nomeadamente á Segurança Social; A.R.S. – Norte; Sub-Região de Saúde de Bragança; Centro de Emprego de Mirandela; Autarquia Local; Paróquia; Serviços de Saúde Locais; Bombeiros; Escuteiros; funcionários; voluntários e á nossa União das Misericórdias.

Queremos deixar aqui um voto de pesar pelos nossos Irmãos já falecidos, e um agradecimento aos Órgãos Sociais da Irmandade, aos Irmãos em geral e a quantos colaboraram na resolução de todos os problemas.

Que a Senhora das Misericórdias nos proteja e ajude.

Vila Flor, 10 de Março de 2017

A Mesa Administrativa

  
\_\_\_\_\_  
João Joaquim Fernandes Vento Figueiredo  
  
\_\_\_\_\_  
Rogério Fernandes  
  
\_\_\_\_\_  
António Luís Martins  
  
\_\_\_\_\_  
V. F. F.



## Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

### 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, pessoa coletiva nº 500 746 958, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, apontando-se a sua fundação para o segundo quartel do Séc. XVI tendo em conta um documento datado de 17 de Setembro de 1671. Tem a sede no Largo do Rossio, nº 11 em Vila Flor.

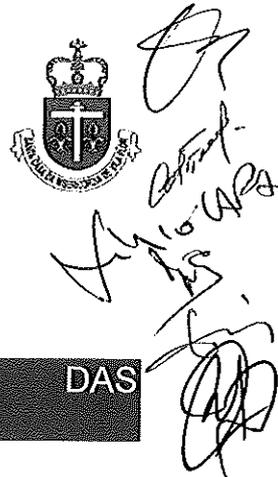
O registo definitivo dos estatutos foi lavrado pela inscrição nº 08/85, a folhas 192 verso e 193, do livro nº1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 08 de Abril de 1985, nos termos do nº 2, do artigo 13º, do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº 778/83, de 23 de Julho.

Tem como principal vivacidade o apoio à terceira idade/infância, a fim de assegurar/auxiliar aos seus cerca de 500 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Lar de Idosos;
- Infantário;
- Creche;
- A.T.L.;
- Centros de Dia;
- Apoio Domiciliário;
- Unidade de Apoio Integrado;
- Cantinas Sociais;
- Unidade de Cuidados Continuados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



## 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

2.3 - A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro pela primeira vez em 2012.

## 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

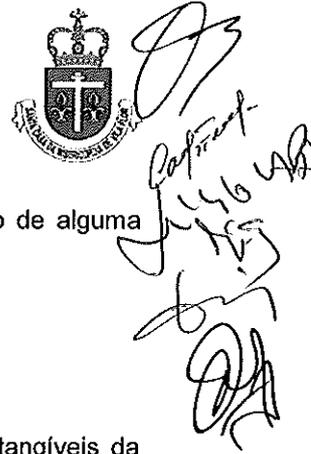
### 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 40



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

### **3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### **3.4 Inventários**

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

### **3.5 Ativos e passivos financeiros**

#### **a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros**

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### **b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.



**c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**3.6 Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

**3.7 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

**3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



*Handwritten signatures and initials, including 'Luis WH' and 'Luis'.*

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2017 relativos a 2016 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

### **3.9 Especialização de exercícios**

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### **3.10 Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## **4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS**

### **Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas**

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício, e não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

### **Alteração voluntária de políticas contabilísticas**

Não houve ajustamentos nas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.



## 5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Início do Período	Aquisições	Alienações	Transf e Abates	Fim do Período
Terranos e Recursos Naturais	49 686,84	15 000,00	0,00	0,00	64 686,84
Edifícios e outras Construções	8 893 015,27	0,00	0,00	0,00	8 893 015,27
Equipamento Básico	1 184 473,14	17 693,55	0,00	0,00	1 202 166,69
Equipamento de Transporte	576 454,19	32 625,50	0,00	0,00	609 079,69
Ferramentas e Utensílios	29 221,62	0,00	0,00	0,00	29 221,62
Equipamento Administrativo	1 009 969,17	55 123,74	0,00	0,00	1 065 092,91
Outros Activos Fixos Tangíveis	70 897,39	0,00	0,00	0,00	70 897,39
Imobilizações em Curso	216 005,69	52 563,08	0,00	0,00	268 568,77
Propriedades de Investimento	523 884,61	0,00	0,00	0,00	523 884,61
<b>Totais</b>	<b>12 553 607,92</b>	<b>173 005,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 726 613,79</b>

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Valor b escriturado	Início do Período	Amortização do Período	Outras Alterações	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	930,04	465,02	0,00	1 395,06
Edifícios e outras Construções	3 357 697,85	132 996,89		3 490 694,74
Equipamento Básico	1 086 115,90	36 961,14	0,00	1 123 077,04
Equipamento de Transporte	588 218,30	24 899,37	0,00	613 117,67
Ferramentas e Utensílios	27 716,92	250,00	0,00	27 966,92
Equipamento Administrativo	948 195,40	34 960,80	0,00	983 156,20
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	36 715,75	352,75	0,00	37 068,50
<b>Totais</b>	<b>6 045 590,16</b>	<b>230 885,97</b>	<b>0,00</b>	<b>6 276 476,13</b>

Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

## 6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	105.575,11		105.575,11	101.829,77		101.829,77
MP, subsidiárias e de consumo	64.543,74		64.543,74	65.516,01		65.516,01
	<b>170.118,85</b>	-	<b>170.118,85</b>	<b>167.345,78</b>	-	<b>167.345,78</b>



*Handwritten signatures and initials:*  
 João NPS  
 Rui F.  
 J. J.  
 C. J.

## 7 ATIVOS FINANCEIROS

### Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Disponibilidades</b>						
Caixa	6 007,29	0,00	6 007,29	7 927,55	0,00	7 927,55
Depósitos À Ordem	219 759,56	0,00	219 759,56	362 117,94	0,00	362 117,94
Outos Dep Bancários	2 350 000,00	0,00	2 350 000,00	2 350 000,00	0,00	2 350 000,00
	<b>2 575 766,85</b>	<b>0,00</b>	<b>2 575 766,85</b>	<b>2 720 045,49</b>	<b>0,00</b>	<b>2 720 045,49</b>
<b>Activos Financeiros ao custo amortizado</b>						
Clientes e Utentes	118 488,56	0,00	118 488,56	107 345,78	0,00	107 345,78
Outras contas a Receber	281 713,10	0,00	281 713,10	198 647,52	0,00	198 647,52
	<b>400 201,66</b>	<b>0,00</b>	<b>400 201,66</b>	<b>305 993,30</b>	<b>0,00</b>	<b>305 993,30</b>
	<b>2 975 968,51</b>	<b>0,00</b>	<b>2 975 968,51</b>	<b>3 026 038,79</b>	<b>0,00</b>	<b>3 026 038,79</b>

A totalidade dos montantes de contas a receber são realizáveis no período de 12 meses, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:



	2017	2016
Devedores por Ac. Rendimentos	0,00	0,00
Outros Devedores		
ADMG-Assistencia à Doença	786,89	786,89
IASFA-Instituto de Acção Social	8.197,75	6.097,50
Administração de Saúde do estado	25.655,65	25.655,65
Administração Regional de Saúde	32.098,39	32.583,33
Administração Regional Saúde-UCC	138.581,08	119.357,16
Centro Distrital de Bragança-UCC	29.575,37	14.242,80
Fundação Edp	10.000,00	0,00
Fidelidade Seguros	0,00	0,00
Diversos (Farmácia)	22.251,45	711,08
IEFP - Bolsas de Estágio	14.586,52	0,00
	<b>281.713,10</b>	<b>199.434,41</b>

## 8 FUNDOS PATRIMONIAIS

### Fundos

A Instituição foi criada em 1927 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data.

### Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido do ano anterior, no montante de € foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Rúbrica	Dez-17	Aumentos	Diminuições	Dez-16
Fundos	430.870	0	0	430.870
Reservas	34.725	0	0	34.725
Resultados Transitados	7.303.094		-176.470	7.479.564
Outras Variações Fundos Patrimoniais	1.417.058		-76.309	1.493.367
Piddac	264.550	0	-14.389	278.939
Centro de Cuidados Continuados	733.316	0	-20.952	754.268
Centro de Saúde de Vila Flor	327.518	0	-9.670	337.188
Instituto Emprego e Formação Profissional	16.094	0	-393	16.487
Ifap	50.580	0	-5.250	55.830
Resultado Líquido Exercício	-75.439,27	0	-101,031	-176.470
<b>Total</b>	<b>10.502.366</b>	<b>0</b>	<b>-404.464</b>	<b>9.438.526</b>



## 9 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos do Governo e reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 referem-se, essencialmente, a apoios concedidos associados à Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Saúde e Lar, revestindo a forma de Subsídios ao Investimento. A Instituição tem também reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Equipamento adquirido para utilização da Santa Casa.

## 10 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores, conta corrente	106 145,34	103 778,71
	<b>106 145,34</b>	<b>103 778,71</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Outras Contas a Pagar	328 198,10	360 666,46
	<b>328 198,10</b>	<b>360 666,46</b>
	<b>434 343,44</b>	<b>464 445,17</b>

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2017	2016
Remunerações a liquidar	328 198,10	360 666,46
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Totais</b>	<b>328 198,10</b>	<b>360 666,46</b>

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2017, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2016.



## 11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2017 e em 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	9 626,13	0,00	9 284,80
Imposto sobre o valor acrescentado	1 476,58	416,18	1 596,39	43,14
Contribuições para a segurança Social	0,00	52 057,61	0,00	48 700,31
Outros Impostos	0,00	291,38	0,00	223,16
	<b>1 476,58</b>	<b>62 391,30</b>	<b>1 596,39</b>	<b>58 251,41</b>

## 12 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Venda de bens	1 023 228,15	956 614,21
Prestações de serviços	2 279 058,54	2 271 439,67
	<b>3 302 286,69</b>	<b>3 228 053,88</b>

As prestações de serviços referem-se essencialmente a mensalidades recebidas dos utentes.



*Handwritten signatures and notes in the top right corner, including the name 'Júlio' and other illegible marks.*

**13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios À Exploração	Quantias concedidas
	Entidade concedente	Total
1	Centro Regional de Segurança Social	1 293 213,37
2	Câmara Municipal de Vila Flor	14 902,51
3	Instituto do Emprego e Formação Profissional	9 054,88
5	IFAP, I.P.	1 494,38
6	Ifadap	2 183,88
7	POPH	0,00
9	Outras Entidades	0,00
10	Doações	5 200,00
		<b>1 326 049,02</b>

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de participação nos serviços prestados de acção social.

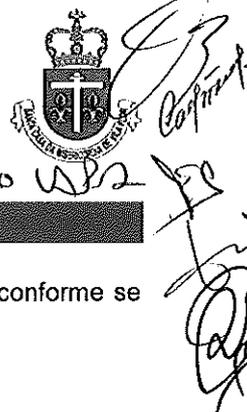
A rubrica inclui também valores recebidos/a receber relativos a Estágios Profissionais, participados pelo IEFP.



## 14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 tem o seguinte detalhe:

	2017	2016
Subcontratos-Exploração de Refeitórios	0,00	0,00
Trabalhos especializados	37 783,57	38 426,99
Publicidade e propaganda	629,76	1 334,55
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	712,50	17 551,62
Conservação e Reparação	2 566,13	26 411,11
Outros	12 290,69	9 164,33
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	11 955,96	9 805,96
Artigos para oferta	3 675,83	4 122,86
Outros	2 511,45	5 416,47
Electricidade	115 567,68	114 748,14
Combustíveis	201 152,21	216 478,32
Água	10 961,19	13 273,51
Outros	0,00	0,00
Deslocações e estadas	2 373,20	2 270,69
Rendas e alugueres	4 182,05	4 140,00
Comunicação	25 907,08	16 336,10
Seguros	18 467,56	9 933,92
Contencioso e notariado	712,44	818,00
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
Outros serviços	275 886,03	257 962,92
Outros	0,00	0,00
	<b>727 335,33</b>	<b>748 195,49</b>



## 15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações do Pessoal	2 042 315,07	2 009 267,02
Encargos sobre remunerações	445 628,03	443 296,52
Seguros de ac. Trabalho	37 373,28	35 395,59
Outros	218 283,70	217 033,66
	<b>2 743 600,08</b>	<b>2 704 992,79</b>

A rubrica "Outros" inclui o montante de Subsídio de Alimentação pago aos funcionários (valor de 200.997,98 € em 2017).

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2017 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2017)
Serviço de Apoio Domiciliário	12
Centro de Dia	9
Lar de Idosos	109
Jardim de Infância	14
Outras Atividades	61

## 16 DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Activos fixos tangíveis	230 885,97	216 205,68
Activos intangíveis	0,00	0,00
	<b>230 885,97</b>	<b>216 205,68</b>



*Handwritten signatures and initials, including 'Alvo' and 'Cofre'.*

## 17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	32 041,89	17 285,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	35 554,41	37 355,64
Subsídios	55 654,25	50 654,25
Doações	30 957,44	2 400,00
Outros	18 763,73	19 749,61
	<b>172 971,72</b>	<b>127 444,50</b>

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios respeita à imputação dos Subsídios ao Investimento ao período, na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

## 18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Depósitos em instituições de crédito	25 638,95	34 809,88
Totais	<b>25 638,95</b>	<b>34 809,88</b>



**19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Vila Flor, 27 de Fevereiro de 2018.

O Contabilista Certificado

Carla Graça Soares Fernandes

A Mesa Administrativa

[Signature]  
João Joaquim Fernandes, Sub-Administrador  
[Signature]  
Artur Luís Martins, Lda  
[Signature]

Balço em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2017	31 Dez 2016	
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis		5.926.253,05	5.984.133,15	-0,97%
Bens do património histórico e cultural		5.681,13	5.681,13	0,00%
Propriedades de investimento		523.884,61	523.884,61	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		6.307,92	3.560,71	77,15%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		90,00	78,00	15,38%
		<b>6.462.216,71</b>	<b>6.517.337,60</b>	<b>-0,85%</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários		170.118,85	167.345,78	1,66%
Clientes		118.488,66	107.296,81	10,43%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		1.476,58	1.596,39	-7,51%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		281.713,10	198.647,52	41,82%
Diferimentos		21.828,00	21.828,00	0,00%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários		2.575.766,85	2.720.045,49	-5,30%
		<b>3.169.392,04</b>	<b>3.216.759,99</b>	<b>-1,47%</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>9.631.608,75</b>	<b>9.734.097,59</b>	<b>-1,05%</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Patrimoniais</b>				
Fundos		430.870,22	430.870,22	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		34.724,83	34.724,83	0,00%
Resultados transitados		7.303.093,60	7.479.563,86	-2,36%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.417.058,11	1.442.712,36	-1,78%
Resultado líquido do período		-75.439,27	-176.470,26	57,25%
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>9.110.307,49</b>	<b>9.211.401,01</b>	<b>-1,10%</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

## Balço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variancia
		31 Dez 2017	31 Dez 2016	
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores		106.145,34	103.778,71	2,28%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes púbricos		62.391,30	58.251,41	7,11%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		24.566,52	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		328.198,10	360.666,46	-9,00%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		<b>521.301,26</b>	<b>522.696,58</b>	<b>-0,27%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>521.301,26</b>	<b>522.696,58</b>	<b>-0,27%</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>9.631.608,75</b>	<b>9.734.097,59</b>	<b>-1,05%</b>

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

*Carla Maria de Sousa Fernandes*

A Mesa Administrativa

*António Luís Martins Lda*  
*Victor*

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2017	2016	
Vendas e serviços prestados		3.302.286,69	3.228.053,88	2,30%
Subsídios, doações e legados à exploração		1.326.049,02	1.308.817,23	1,32%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.189.762,83	-1.193.701,92	0,33%
Fornecimentos e serviços externos		-727.335,33	-748.195,49	2,79%
Gastos com o pessoal		-2.743.600,08	-2.704.992,79	-1,43%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		172.971,72	127.444,50	35,72%
Outros gastos e perdas		-10.801,44	-12.499,87	13,59%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		129.807,75	4.925,54	2.535,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-230.885,97	-216.205,68	-6,79%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-101.078,22	-211.280,14	52,16%
Juros e rendimentos similares obtidos		25.638,95	34.809,88	-26,35%
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		-75.439,27	-176.470,26	57,25%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado Líquido do período		-75.439,27	-176.470,26	57,25%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

*Carp. João F. Gomes Travençolo*

A Mesa Administrativa

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

## Demonstração dos Resultados por Funções

Valência: Todas || Do Mês: Janeiro || Ao Mês: Regularizações

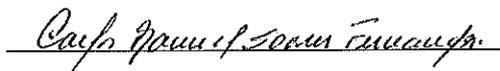
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

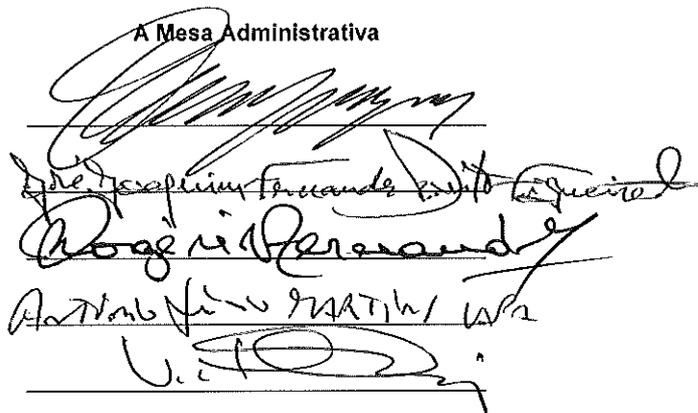
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2017	2016	
Vendas e serviços prestados		3.302.286,69	3.228.053,88	2,30%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-3.933.362,91	-3.898.694,71	-0,89%
Resultado bruto		-631.076,22	-670.640,83	5,90%
Outros Rendimentos		1.524.659,69	1.471.071,61	3,64%
Gastos de distribuição		-77,04	-83,01	7,19%
Gastos administrativos		-958.144,26	-964.318,16	0,64%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-10.801,44	-12.499,87	13,59%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-75.439,27	-176.470,26	57,25%
Gastos de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		-75.439,27	-176.470,26	57,25%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-75.439,27	-176.470,26	57,25%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2016

Descrição	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe			Total
							Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>		430.870,22	0,00	34.724,83	7.422.766,54	0,00	1.493.366,61	56.797,32	9.438.525,52	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	56.797,32	0,00	-50.654,25	-56.797,32	-50.654,25	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>56.797,32</b>	<b>0,00</b>	<b>-50.654,25</b>	<b>-56.797,32</b>	<b>-50.654,25</b>	
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>										
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO</b>										
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>POSICÃO NO FIM DO ANO 2016</b>		<b>430.870,22</b>	<b>0,00</b>	<b>34.724,83</b>	<b>7.479.563,86</b>	<b>0,00</b>	<b>1.442.712,36</b>	<b>-176.470,26</b>	<b>9.211.401,01</b>	

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2017

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Resultado líquido do período	Total
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	1.442.712,36		
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>		430.870,22	0,00	34.724,83	7.479.563,86	0,00	1.442.712,36		-176.470,26	9.211.401,01
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	-176.470,26	0,00	-25.654,25	176.470,26	176.470,26	-25.654,25
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		0,00	0,00	0,00	-176.470,26	0,00	-25.654,25	176.470,26	-75.439,27	-75.439,27
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>								101.030,99		-101.093,52
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO</b>										
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSICÃO NO FIM DO ANO 2017</b>		430.870,22	0,00	34.724,83	7.303.093,60	0,00	1.417.058,11		-75.439,27	9.110.307,49

## Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2017	2016	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</b>				
Recebimentos de clientes e utentes		1.619.071,29	1.614.058,29	0,31%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-2.128.769,56	-2.072.753,68	-2,70%
Pagamentos ao pessoal		-1.933.410,10	-1.839.948,59	-5,08%
Caixa gerada pelas operações		-2.443.108,37	-2.298.643,98	-6,28%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		2.240.095,09	1.965.997,14	13,94%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-203.013,28	-332.646,84	38,97%
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		34.754,69	33.995,06	2,23%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		23.979,95	34.809,88	-31,11%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		58.734,64	68.804,94	-14,64%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-144.278,64	-263.841,90	45,32%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2017	2016	Variância
Caixa e seus equivalentes no início de período		370.045,49	633.887,39	-41,62%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		225.766,85	370.045,49	-38,99%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

*Carla Maria da Silva Fernandes*

A Mesa Administrativa

*[Handwritten signature]*  
~~João Paulo Fernandes~~  
*Rogério Almeida*  
*António Luís Martins*  
*[Handwritten signature]*

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 9.631.608,75 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.110.307,49 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 75.439,27 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4º Piso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrição na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES****Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de Março de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por  
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

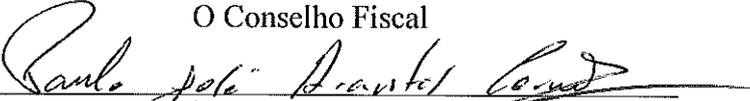


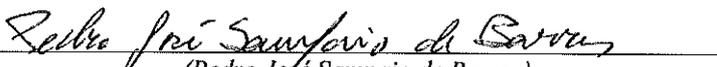
## PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2017

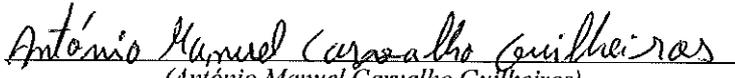
1. Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 31º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
2. O Conselho Fiscal, acompanhou, a atividade da Instituição durante o exercício de 2017, quer através das informações e esclarecimentos recebidos da Mesa Administrativa, os quais foram prontamente prestados, quer ainda através da análise dos balancetes e de reuniões havidas com a Mesa. Foi também analisada a informação documental, contabilística e de gestão, disponibilizada pela Mesa.
3. O Resultado líquido do exercício, que foi negativo de 75.439,27 €, apesar das vendas e serviços prestados terem aumentado cerca de 2,30% (74.232,81 €), nos subsídios, doações e legados á exploração, houve também um aumento de 1,32% (17.231,79 €), o que origina um aumento na receita face ao ano anterior.  
Em relação á despesa o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas diminuiu em 0,33% (3.939,09 €).  
Houve um aumento em gastos com o pessoal face ao ano anterior de (38.607,29 €), cerca de 1.43%.
4. **Parecer**  
É entendimento do Conselho Fiscal que estão reunidas as condições para a aprovação do Relatório e Contas da Misericórdia relativo ao exercício de 2017 que lhe foi apresentado pela Mesa Administrativa.

Vila Flor, 10 de Março de 2018.

O Conselho Fiscal

  
(Paulo José Arantes Conceição)

  
(Pedro José Sampaio de Barros)

  
(António Manuel Carvalho Guilheiros)

---

## RESPOSTAS SOCIAIS

**ERPI NOSSA SENHORA DA LAPA**

TEL. 278 512 115

**ERPI NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS**

TEL. 278 518 070

**ERPI SANTA BÁRBARA**

TEL. 278 512 574

**ERPI SANTA MARIA MADALENA**

TEL. 278 549 240

**ERPI S.PEDRO**

TEL. 278 536 313

**CENTRO DE DIA DO NABO**

TEL. 278 512 814

**CENTRO DE DIA DE ROIOS**

TEL. 278 512 025

**CENTRO DE DIA DE SAMÕES**

TEL. 278 516 286

**CENTRO DE DIA DE VALTORNO**

TEL. 278 639 290

**CENTRO DE DIA DE VILAS BOAS**

TEL. 278 512 556

**JARDIM DE INFÂNCIA FLOR DE LIZ**

TEL. 278 512 416

**UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS**

TEL. 278 511 312

**FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA**

TEL. 278 512 229

**PADARIA/PASTELARIA DA MISERICÓRDIA**

TEL. 278 511 496

**SERVIÇOS CENTRAIS**

LARGO DO ROSSIO, 11

5360 - 323 - VILA FLOR

TEL. 278 518 070

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR**

Largo do Rossio, n.º 11 \* 5360-323 Vila Flor \* Telefone: 278 518 070 \* Fax: 278 518 078  
CAE 85313 \* NIF: 500 746 958 \* URL:www.misericordiavilafior.com \* E-mail:scm-vila.flor@mail.telepac.pt

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL****ACTA N.º 122****REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR, CELEBRADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2018. -----**

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e dezoito, no Auditório do Lar de Nossa Senhora dos Remédios, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Assembleia Geral, sob a Presidência do senhor Victor Manuel da Silva Costa, secretariada respetivamente por Alexandre José Evaristo Trigo e Joaquim João Gouveia Magalhães, em substituição de Paulo José Gomes Monteiro Praça ausente por motivos pessoais devidamente justificados. -----

**INEXISTÊNCIA DE QUÓRUM (PRESENÇA DA MAIORIA DE IRMÃOS) -----**

Foi à hora marcada, ou seja às dezanove horas e trinta minutos, que o senhor Presidente da Assembleia Geral declarou aberta a reunião, tendo informado que iria esperar mais meia hora para dar início aos trabalhos, na medida em que não estava presente a maioria dos Irmãos e, como tal estatutariamente e nos termos da convocatória, ter-se-ia de aguardar por mais meia hora para dar início aos trabalhos. -----

**INICIO DOS TRABALHOS -----**

Decorrido o espaço temporal mencionado e com a presença de trinta e nove irmãos, foi às vinte horas que o senhor Presidente da Assembleia Geral declarou aberta a reunião, para análise e debate da ordem de trabalhos, que a seguir se transcreve: -----

**PRIMEIRO: APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E DEZASSETE; -----****SEGUNDO: SEMANA SANTA; -----****TERCEIRO: AUTORIZAÇÃO À MESA ADMINISTRATIVA PARA SE E QUANDO ENTENDER OPORTUNO, PARTICIPAR DE FORMA SIMBÓLICA NO CAPITAL DE UM BANCO DA ECONOMIA SOCIAL; -----****QUARTO: OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA -----**

O senhor Presidente da Assembleia Geral, iniciou os trabalhos com as orações habituais, pelos Irmãos falecidos e cumprimentou a Irmandade. -----

Foi lida a ata da reunião anterior, colocada à votação e esta sida aprovada por unanimidade --

Antes de dar início ao ponto um da ordem de trabalhos, o senhor Provedor, deu as boas vindas aos novos Irmãos, tendo de seguida, lido a carta do irmão Paulo Praça à Assembleia, na qual informa os motivos pessoais que o impossibilitam de estar presente nesta reunião e assim como nas cerimónias da Semana Santa. -----

De seguida foram tratados os assuntos da ordem de trabalhos e tomadas as seguintes deliberações: -----

**APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E DEZASSETE** - Em cumprimento do ponto um da ordem de trabalhos a aprovação do Relatório e Contas do ano de dois mil e dezassete, o senhor Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao senhor Provedor, que, após cumprimentar todos os presentes, informou a Assembleia que antes de apresentar as atividades desenvolvidas pela Mesa Administrativa ao longo do ano de dois mil e dezassete, através das suas diversas estruturas e respostas sociais, pretendia tecer alguns considerandos relativamente a assuntos de grande relevância e importantes para a Instituição, nomeadamente o trabalho realizado na inventariação do Património, como verificaram nesta Certificação Legal de Contas (CLC), que já não vem a menção sobre este assunto; e assim como também informou a Assembleia que a Misericórdia de Vila Flor, tinha ficado como coordenadora do projeto do apoio alimentar. -----

Seguidamente o senhor Provedor passou pormenorizadamente a expor as atividades e a explicar as contas da gerência, conforme a documentação previamente remetida e entregue aos Irmãos, na documentação do Relatório de Contas. -----

Fez a comparação entre as contas dos anos de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete. No mapa de resultados por natureza, disse que se verificou um total de rendimentos de quatro milhões oitocentos e vinte e seis mil novecentos e quarenta e seis euros e trinta e oito cêntimos, relativamente ao valor imputado à rubrica “Gastos”, é de quatro milhões novecentos e dois mil trezentos e oitenta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos, o que originou um resultado negativo de setenta e cinco mil quatrocentos e trinta e nove euros e vinte e sete cêntimos. Este resultado será transitado para a conta de resultados transitados. -----

Sobre este valor negativo o senhor Provedor disse que é importante referir, que o resultado líquido negativo apurado é um resultado meramente contabilístico; frisando que o valor dos custos de amortizações (custo que não implica qualquer dispêndio monetário), o resultado líquido da Misericórdia seria bastante diferente: um resultado positivo de cento e vinte e nove mil oitocentos e sete euros e setenta e cinco cêntimos, antes das amortizações. -----

Foi dada a palavra à Assembleia para colocarem questões relativa a este ponto da ordem de trabalhos, não tendo surgido qualquer questão por parte da Assembleia Geral, relativamente ao Relatório e Contas da Gerência do ano de dois mil e dezassete, o senhor Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao senhor Paulo José Conceição Arantes, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal para que lê-se o parecer do mesmo, o qual foi **FAVORÁVEL**. Foram estes documentos do Relatório e Contas da Gerência do ano de dois mil e dezassete postos à votação os quais foram aprovados por **UNANIMIDADE**. -----

**SEMANA SANTA** – Neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao senhor Provedor que deu a conhecer à Assembleia, o programa da Semana Santa, apelando para que os Irmãos estejam presentes e envolvidos na participação da mesma, e sintam de forma particular mais esta semana. Lamentando contudo a data da realização da presente Assembleia imposta por imperativos estruturais, legais e de calendário, que por acaso neste ano a data coincidiu com a Semana Santa, o que fez com que existisse coincidência de atividades, concretamente a realização da presente Assembleia, que coincidiu com a atividade da Celebração Penitencial.-

O senhor Presidente da Assembleia Geral deu a palavra à irmã Teresa Silva onde esta manifestou o seu desacordo pela sua realização em simultâneo com atividade. -----



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR**

Largo do Rossio, n.º 11 \* 5360-323 Vila Flor \* Telefone: 278 518 070 \* Fax: 278 518 078  
 CAE 85313 \* NIF: 500 746 958 \* URL:www.misericordiavilafior.com \* E-mail:scm-vila.flor@mail.telepac.pt

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL**

O senhor Presidente da Assembleia Geral lamentou também tal coincidência, frisando que foram imperativos legais, que impuseram a esta coincidência. -----

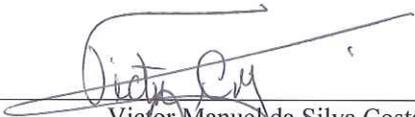
**AUTORIZAÇÃO À MESA ADMINISTRATIVA PARA SE E QUANDO ENTENDER OPORTUNO, PARTICIPAR DE FORMA SIMBÓLICA NO CAPITAL DE UM BANCO DA ECONOMIA SOCIAL** – O senhor Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra ao senhor Provedor, o qual leu a carta circular da União das Misericórdias Portuguesas, para a participação simbólica de um banco de economia social. -----

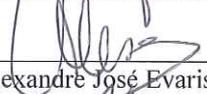
A Assembleia Geral discutiu o assunto e propôs uma participação simbólica de um valor não superior a mil euros, tendo esta sido posta à votação e aprovada por maioria dos presentes com nove votos contra e duas abstenções. -----

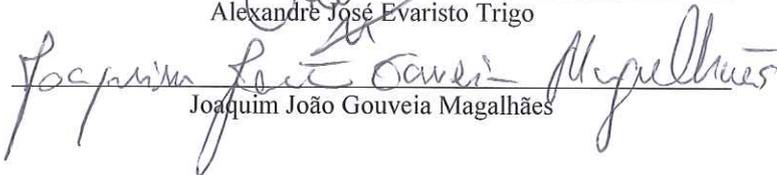
**OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA** – O senhor Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra à Assembleia para se inscreverem e interpelarem a Mesa Administrativa, sobre os assuntos que acharem por conveniente. -----

Não tendo havido inscrições para a discussão de outros assuntos tomou a palavra o senhor Provedor, informando os presentes da realização da caminhada solidária a realizar no dia vinte e um de abril, terminando desejando a todos os presentes uma Santa e Feliz Páscoa. -----

Não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente da Assembleia Geral convidou os Irmãos a fazer uma oração final, finda a qual se encerrou esta reunião, da qual se lavrou a presente ata, cujo conteúdo é lido e vai ser assinado pelos membros da Mesa presentes. -----

  
 \_\_\_\_\_  
 Victor Manuel da Silva Costa

  
 \_\_\_\_\_  
 Alexandre José Evaristo Trigo

  
 \_\_\_\_\_  
 Joaquim João Gouveia Magalhães

